

## Plenário aprova empréstimo para sanear banco de Santa Catarina

Projeto de resolução, que recebeu 39 votos favoráveis e 19 contrários, autoriza a contratação de operação de crédito no valor de até R\$ 2,129 bilhões para recuperar e federalizar o Besc. Governo catarinense terá 30 anos para pagar a dívida



O valor da operação levou vários senadores a criticar a proposta, durante a sua discussão em plenário

Os senadores decidiram ontem autorizar o governo catarinense a contratar com a União financiamento que pode chegar até a R\$ 2,129 bilhões, destinado ao saneamento e à federalização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

A discussão do projeto de resolução provocou duas horas

de debate no plenário. Vários senadores criticaram a proposta, estranhando o investimento de um montante tão elevado de recursos em uma instituição financeira que será logo depois vendida.

Mas, no final, a matéria foi aprovada, com 39 votos a favor, 19 contra e uma abstenção.

PÁGINA 3

### Ceará é autorizado a contratar financiamento com o Banco Mundial

PÁGINA 4

### SUSEP ASSUMIRÁ PAPEL REGULATÓRIO EXERCIDO PELO IRB

PÁGINA 3

### DIREITOS EM ÁREA DE QUILOMBOS PODEM SER RECONHECIDOS

PÁGINA 3

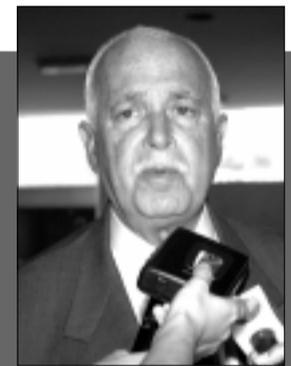
### PAÍS DEVERÁ TER COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO

PÁGINA 4



### CAE acata novo fundo proposto para o setor de comunicações

PÁGINA 5



Antonio Carlos também diz que a CPI do Judiciário produzirá efeitos positivos

### ACM prevê melhores dias para os pobres

PÁGINA 2

## PROMULGADOS DECRETOS CONTRA O TRABALHO INFANTIL

PÁGINA 4

# ACM espera avanços na luta contra a miséria

Presidente do Senado espera num futuro próximo “efeitos muito positivos” das atividades da Comissão para a Erradicação da Pobreza e da CPI do Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que ainda surgirão efeitos muito positivos para a sociedade brasileira decorrentes das atividades da CPI do Judiciário e da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza.

— Os trabalhos realizados foram os mais profícuos, e ainda em futuro próximo, sobretudo em relação à pobreza e ao Judiciário, nós teremos resultados magníficos — afirmou. O senador disse que, embora a idéia de criar essas comissões tenha sido sua, nada teria sido conseguido sem o apoio dos parlamentares.

— Eu fiz a minha parte, mas não seria nada disso se não tivesse o Congresso me apoiando, e tive o apoio praticamente das duas Casas — assinalou.

Antonio Carlos informou que é reduzido o número de matérias com vo-

tação pendente no Senado para inclusão na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

— Para o Senado, vai ficar muito pouca coisa, mas a convocação só pode ser feita nas duas Casas, daí por que nós também seremos convocados — disse.

O presidente do Congresso avaliou positivamente o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Legislativo.

— Acho que o Congresso tem trabalhado bastante, tem apresentado proposições importantes e atendido os anseios do país. Ainda falta votar algumas matérias, mas nós esperamos fazê-lo logo no início do ano.

Antonio Carlos reiterou sua posição de lutar contra as desigualdades.

— Eu quero melhores salários para o povo, diminuindo a desigualdade, e que seja criado o fundo de erradicação da pobreza, para tornar os brasileiros mais iguais — declarou.



Antonio Carlos diz que o Congresso tem atendido aos anseios da sociedade

## CPI dos Bancos propõe comissão para avaliar sistema financeiro

A CPI dos Bancos apresentou ontem projeto de resolução que cria, no Senado Federal, a Comissão Permanente de Acompanhamento do Sistema Financeiro. A comissão terá, entre outras, a atribuição de ouvir semestralmente o presidente do Banco Central acerca da solidez e estabilidade do setor financeiro do país.

Outros nove projetos de lei foram apresentados pela comissão à Mesa da Casa, incluindo o que estabelece a opção de seguro de garantia em operações do Sistema Imobiliário Nacional. De acordo com a justificativa da matéria, uma medida desse tipo teria evitado o prejuízo que cerca de 42 mil famílias tiveram com a crise da Encol.

A obrigatoriedade de publicação de demonstrações financeiras pelas sociedades por quotas de responsabilidade limitada também está entre as propostas apresentadas. Atu-

almente, a lei obriga apenas as empresas estruturadas sob a forma de sociedades anônimas a divulgarem sua situação financeira.

A CPI também está propondo que as transferências de recursos internacionais por estrangeiros só possam ser realizadas por instituições com sede no Brasil e credenciadas para este fim no Conselho Monetário Nacional.

Outro projeto regulamenta a prestação de informações ao Sistema Central de Riscos de Crédito do Banco Central do Brasil, determinando que instituições financeiras e de outras áreas, a critério do BC, terão que informar fatos relevantes à instituição. A matéria também estabelece que a Secretaria da Receita Federal fornecerá ao BC todas as informações constantes de seus cadastros de pessoas físicas e jurídicas.

## CAS aprova criação da linha oficial de pobreza

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovou ontem, por unanimidade, diversos projetos, dentre os quais a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas.

Aprovada em caráter terminativo, a matéria será agora enviada à análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado.

Os senadores membros da CAS aprovaram também projeto originário do Executivo que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A proposta obteve parecer favorável do relator Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e irá agora à análise do plenário do Senado.

Em caráter terminativo, foram acolhidos os seguintes projetos: que exclui do salário de contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação, de autoria do se-

nador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relatado por Marina Silva (PT-AC); que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, de Carlos Patrocínio (PFL-TO), com parecer de Carlos Bezerra (PMDB-MT); que dispõe sobre benefício à pessoa idosa ou portadora de deficiência, de Luiz Estevão (PMDB-DF), relatado por Juvêncio da Fonseca; e o que dispõe sobre isenção das contribuições para a Previdência Social por parte de entidades educacionais sem fins lucrativos e das que atendem ao Sistema Único de Saúde sem exclusividade para carentes, de autoria de Luiz Estevão, relatado por Sebastião Rocha (PDT-AP).

### DISPENSA

A CAS aprovou ainda projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado, o qual recebeu parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e será enviado à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem delegação da Coreia do Sul chefiada pelo primeiro-ministro do país, Kim Jong Pil. No gabinete da presidência, Antonio Carlos explicou ao premiê sul-coreano o funcionamento do Legislativo brasileiro.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

12h — Recebe comissão de frentistas  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária  
18h30 — Participa da solenidade de lançamento do livro *Efeito Vinculante*, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima. *Salão Negro do Congresso Nacional*

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 57/97, acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; e \*PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

### COMISSÃO

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PEC nº 63/99, dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do parágrafo 1º do artigo 40 da Constituição federal, que dispõe sobre legislação previdenciária; \*PLS nº 205/99, acrescenta parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; emendas de plenário nºs 2, 3 e 4 ao \*PLS nº 23/98, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; \*PLS nº 82/99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e a instituir o conselho deliberativo desse fundo; \*PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; \*PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal e institui normas para licitações e contratos de administração pública; \*PLS nº 32/99, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); \*PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; \*PLS nº 162/99, que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro, tramitando em conjunto com o \*PLS nº 288/99, que dispõe sobre a indisponibilidade dos bens de vítimas de seqüestro e de extorsão, mediante seqüestro, de seus familiares; \*PLS nº 309/99, que dispõe sobre o arresto de bens de pessoas seqüestradas, cônjuge, parentes e afins que com ela convivam; \*PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; \*PLS nº 90/99, que dispõe sobre a Reprodução Assistida; \*PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do habeas-data; \*PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; e \*PLS nº 109/99, altera o parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Besc receberá R\$ 2,1 bilhões para ser federalizado

Apesar dos protestos de vários parlamentares, 39 senadores garantem maioria folgada para a aprovação do projeto de resolução que autoriza a contratação de empréstimo para o saneamento do Banco do Estado de Santa Catarina

Após duas horas de debates, o plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o governo catarinense a contratar empréstimo de até R\$ 2,129 bilhões para a federalização e o saneamento do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Trinta e nove senadores votaram favoravelmente, 19 contra e um se absteve. O estado de Santa Catarina terá 30 anos para pagar a dívida com a União. A decisão agora vai a promulgação.

Pelo texto aprovado, R\$ 428 milhões serão destinados ao programa de demissão incentivada, enquanto o passivo atuarial do fundo de pensão dos servidores do banco receberá R\$ 250 milhões. As necessidades de capitalização do Besc terão R\$ 620,3 milhões, enquanto outros R\$ 100 milhões serão usados em fundos para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis, atuariais e outras.

O texto prevê ainda a utilização de R\$ 30 milhões para investimento em tecnologia; R\$ 643,7 milhões para aquisição de ativos do Besc pelo estado; R\$ 39,6 milhões para compra de imóveis; e R\$ 18 milhões para quitação de dívidas do estado junto ao banco.

Autor de emendas ao projeto que foram rejeitadas, Casildo Maldaner (PMDB-SC) apelou aos líderes para que se retirasse a urgência imposta à matéria. Indagando por que gastar tanto para modernizar um banco e depois vendê-lo, ele disse que, no seu entender, o que o Senado estava aprovando era "uma insanidade".

Defensor da resolução, Geraldo Althoff (PFL-SC) explicou que a diferença de aporte de recursos diagnosticada pelo Banco Central, que saltou de R\$ 218 milhões em 98 para R\$ 2,129 bilhões, agora, resultou da inserção do plano de demissão de servidores e da carteira de crédito imobiliário da instituição. Ele sustentou que o desejo dos funcionários e da população catarinense é que a federalização do Besc se consolide.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que não podia aceitar o que ele definiu como "a proposta de mais um Proer, essa prá-

tica de financiamento público para capitalizar banco, a fim de privatizá-lo em seguida". Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou o fato de que, depois de saneado, o Besc deverá ser vendido por cerca de R\$ 400 milhões. Também estranhou por que um banco estatal quebra, quando o negócio bancário é tido como o melhor do mundo, principalmente no Brasil.

Paulo Hartung (PPS-ES) registrou seu espanto quando tomou conhecimento do volume de recursos necessários para a recuperação do Besc. "Como Santa Catarina tem uma economia e um orçamento público muito parecidos com o do Espírito Santo, eu me assustei", afirmou. Em sua opinião, o Senado estava autorizando o governo catarinense a gastar um orçamento anual para salvar um banco que vai ser privatizado.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloisa Helena (PT-AL) também insurgiram-se contra a solução proposta para o banco catarinense. "Acredito que um governo sério pode perfeitamente bem administrar a coisa pública", sustentou Eduardo Suplicy.

O senador José Alencar (PMDB-MG) defendeu a resolução, alegando que é necessário levar em consideração os precedentes já ocorridos em matéria de reestruturação do sistema financeiro do país. Lembrou que vários casos semelhantes já aconteceram e foram solucionados com uma renegociação de 30 anos. "O modelo está posto e em andamento. Eu não tenho como votar contra, ainda que o quadro seja aterrador", disse Alencar.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) avisou que, ou o Senado aprovava a federalização do Besc, ou seria o fim da economia catarinense. Ele informou que o último balanço do banco não foi publicado até hoje porque, se o fosse, pelo acordo de Basileia, ele teria que ser fechado. Bornhausen também esclareceu que a gravidade da situação envolve muito mais do que um banco. Referia-se à angústia dos funcionários, de suas famílias e dos correntistas, além do risco de pautas populares virarem pó.



O projeto que permitirá ao governo catarinense obter recursos para federalizar o banco estadual provocou longo debate entre os senadores

## Ceará pode obter US\$ 136 milhões junto ao Bird para projeto de recursos hídricos

Em concordância com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA), o plenário do Senado autorizou o governo do estado do Ceará a contratar operação de crédito no valor de US\$ 136 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O empréstimo, com garantia da União, destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará (Progerih), com custo total estimado de US\$ 247 milhões, dos quais US\$ 111 milhões



Luiz Otávio apresentou parecer favorável à proposta

estarão a cargo do Tesouro estadual.

Os recursos serão desembolsados ao longo de cinco anos, a partir da assinatura do contrato. Com 5,5 anos de carência e 15 anos de prazo para pagamento, a operação terá custo efetivo estimado de 7,35% ao ano, o que foi considerado "um indicativo favorável" pelo relator. Quanto às condições de pagamento, o principal será coberto em 20 parcelas semestrais sucessivas, sendo que a primeira delas tem vencimento previsto para 15 de maio

de 2005 e a última em 15 de novembro de 2014.

BNDES

Outra operação de crédito externo autorizada ontem pelo Senado permitirá que o BNDES "disponha de maiores recursos para o financiamento de investimentos no país", conforme parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG). O empréstimo, no valor de US\$ 150 milhões, será feito pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW. O prazo de pagamento é de dez anos, a ser feito numa única parcela, sendo que os juros deverão ser pagos a cada semestre, a contar da assinatura do contrato.

## Plenário acata transferência das atribuições do IRB para a Susep

Aprovado ontem pelo Senado, vai agora à sanção presidencial projeto de governo que transfere as atribuições regulatórias e de fiscalização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) para a Superintendência de Seguros Privados (Susep). A contratação de seguros no exterior dependerá de autorização da Susep e será limitada aos riscos que não encontrem cobertura no país ou que não convenham aos interesses nacionais.

Além da transferência de atribuições, a proposta do Executivo determina que o Conselho Nacional de Seguros Privados formulará as diretrizes da atividade de resseguro, levando em conta os princípios gerais da atividade econômica. O objetivo do governo, conforme a mensagem presidencial, foi assegurar a continuidade dos serviços relativos ao controle preventivo e repressivo do mercado ressegurador e resguardar os interesses dos segurados do IRB, em face da privatização da instituição.

Ao anunciar seu voto contrário, Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que não

via razão para a matéria ser votada com tanta pressa. Em sua opinião, o que é necessário é a criação de uma agência reguladora para atuar quando o IRB for privatizado. José Eduardo Dutra (PT-SE) sustentou que a Susep não tem estrutura para cumprir as atribuições que esse projeto está lhe dando. Também anunciou que votaria contra.

Pedro Simon (PMDB-RS) estranhou a urgência com que a matéria estava sendo votada. "Por que noutros setores a agência reguladora foi criada e aqui não?", questionou. Álvaro Dias (PSDB-PR) e José Alencar (PMDB-MG) também votaram contra, pelo mesmo motivo.

Também anunciando seu voto contrário, o senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou que a privatização do IRB já tenha sido autorizada. Em defesa do projeto, o relator Edison Lobão (PFL-MA) disse que a prerrogativa presidencial de pedir urgência na votação de uma matéria está na Constituição. E argumentou que a agência reguladora para o IRB já existe e será a própria Susep.

## Vai à Câmara proposta sobre quilombos



Lúcio Alcântara

Em segundo turno, por 66 votos favoráveis e nenhum contrário, o plenário do Senado aprovou a emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam, garantindo a preservação de suas comunidades. A matéria será submetida agora à deliberação da Câmara.

Alcântara entende que a iniciativa dará aos remanescentes de quilombos o justo direito de serem reconhecidos donos das terras onde vivem. "Se eles não têm o direito histórico, como os índios, que já estavam aqui na chegada dos portugueses, têm o direito social, que é extremamente importante e não pode deixar de ser reconhecido", argumentou.

## Indicações de Bierrenbach e Israel Vargas são acolhidas

Com 69 votos favoráveis e nenhum contrário, o plenário do Senado aprovou a indicação do ex-deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. Também foi aprovada, por 62 votos a dois, a indicação do cientista José Israel Vargas para o cargo de chefe da delegação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

"Dessa vez, o presidente Fernando Henrique acertou em cheio", afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em defesa da escolha de Bierrenbach. "Sempre atestei sua integridade e seriedade de propósitos em defesa do interesse público."

Casildo Maldaner (PMDB-SC), Bernardo Cabral (PFL-AM), Jader Barbalho (PMDB-PA), Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também celebraram a indicação, lembrando que poucas vezes uma escolha teve tanto apoio da Casa. "Que bom que depois de um erro tão grave, como a indicação daquele general de Volta Redonda, o governo nos mande o nome do Bierrenbach", festejou Simon.

Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou a indicação de Israel Vargas. "É uma nomeação que merece de nós o maior louvor", afirmou.

# Mudança na CLT institui comissões de conciliação

Senado aprova e envia à sanção do presidente da República projeto que objetiva resolver conflitos trabalhistas no âmbito das próprias empresas, evitando o acúmulo de processos no Judiciário

O Senado aprovou ontem projeto do governo alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que as empresas e os sindicatos poderão formar comissões de conciliação prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, para tentar conciliar conflitos trabalhistas. Votaram contra os senadores Emilia Fernandes (PDT-RS), Heloísa Helena (PT-AL) e Lauro Campos (PT-DF). A matéria agora vai à sanção presidencial.

Conforme o projeto, as comissões de conciliação poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical. Instituídas no âmbito da empresa, terão no mínimo dois e no máximo dez membros. O objetivo é introduzir na sistemática de composição dos conflitos trabalhistas de natureza

individual a Comissão de Conciliação Prévia, no âmbito das próprias empresas, a fim de evitar a chegada ao Judiciário de grande parte das demandas trabalhistas.

Autor de projeto semelhante, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) lastimou que a proposta do governo atropelasse iniciativas em tramitação na Casa, como a dele e a do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que foram consideradas prejudicadas. Mas considerou a proposta um passo adiante na trajetória legislativa que extinguiu os juízes classistas.

O senador Arlindo Porto também votou a favor, dizendo que o projeto do governo se assemelha muito com o seu, elaborado há cinco anos. Para ele, essa é uma forma de fazer com que “as divergências trabalhistas possam ser sanadas sem ingerência do poder público”.

## Retirada urgência de projeto sobre FPM

Por requerimento do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi retirado da Ordem do Dia de ontem o projeto com que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pretendia ampliar de cinco para dez anos o prazo de redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) destinado às localidades que perderam população.



Osmar quer diminuir impacto sobre pequenos municípios

Quando o plenário ia deliberar sobre a matéria, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou não saber a razão para o projeto ser decidido com urgência. “Não sei qual o impacto que isso poderia ter nos municípios”, observou. Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que, embora solicitado em requerimento, o

IBGE ainda não comparecera ao Senado para manifestar-se sobre o assunto.

Autor da iniciativa, o senador Osmar Dias afirmou que, se havia dúvidas, a retirada da matéria da condição de urgente seria o melhor caminho. Mesmo assim, esclareceu que as pequenas cidades foram as que mais perderam população nos últimos anos, sendo grande o impacto so-

bre elas da redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, o que justificaria o projeto.

O senador Ney Suassuna louvou a atitude de Osmar Dias em não lutar para que o projeto fosse votado com urgência e, como presidente da CAE, pediu a sua retirada, o que foi imediatamente aprovado pelo plenário.

## Crime contra policial em serviço pode ter agravante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje, às 10h, projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que classifica como circunstância agravante da pena o fato de o crime ter sido cometido contra policial civil ou militar em serviço. A finalidade do projeto, de acordo com o autor, é conceder maior proteção às autoridades encarregadas de dar segurança à sociedade.



José Roberto Arruda é autor do projeto que vai a exame da CCJ

A proposta recebeu substitutivo do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que acatou emenda da senadora Emilia

Fernandes (PDT-RS) incluindo nessa classificação os atentados à vida de membros do Ministério Público ou magistrados, quando em decorrência do exercício de suas funções.

Além dessa matéria, a pauta da CCJ prevê a votação de 14 itens, incluindo o projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que torna gratuita a realização de exames de Código Genético (DNA) para a abertura de processos de reconhecimento de paternidade. A matéria recebeu parecer favorável da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES).

## Promulgados decretos contra o trabalho infantil

Dois decretos legislativos que aprovam convenções internacionais contra o trabalho infantil foram promulgados ontem à noite, durante a sessão do Congresso Nacional. As matérias haviam sido aprovadas na segunda-feira pelo Senado e anteriormente pela Câmara dos Deputados.

Ao abrir a sessão conjunta, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, lembrou que seria a última deste ano e classificou as matérias como “da maior importância para a justiça social no que diz respeito às crianças”. Uma das convenções proíbe as piores formas de trabalho infantil e estabelece ação imediata para sua eliminação; a outra estabelece idade mínima para admissão ao emprego. Ambas foram adotadas em conferências da Orga-



A sessão do Congresso Nacional foi dedicada à votação de créditos adicionais ao orçamento

nização Internacional do Trabalho (OIT).

“Essas duas matérias sensibilizaram tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal, pois foram aprovadas em espaço de tempo nunca visto em assuntos dessa natureza”, disse o

senador Antonio Carlos Magalhães. Os deputados João Fassarella (PT-MG) e Rita Camata (PMDB-ES) elogiaram a aprovação dos textos.

O Congresso apreciou na sessão de ontem a concessão de créditos adicionais ao Orçamento.

## Senado vota jornada de trabalho de enfermeiros

No último dia de votações do ano, o Senado delibera hoje sobre projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que fixa em seis horas diárias, ou 30 semanais, a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Atualmente, a legislação prevê uma jornada de oito horas diárias, ou 40 semanais, para os trabalhadores dessas categorias.

Com a redução da jornada de trabalho, o senador disse que tais profissionais terão condições de desempenhar suas atividades com mais qualidade, “já que estão submetidos a uma rotina de trabalho reconhecidamente desgastante”, ressaltou. Analisada pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria obteve parecer favorável apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Também está na pauta do plenário projeto que uniformiza os procedimentos cartoriais do país, igualando as rotinas dos cartórios de notas às dos cartórios de registros. A matéria, oriunda da Câmara, trata dos procedimentos relativos à abertura, numeração, autenticação e encerramento de livros. O projeto foi aprovado previamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo obtido parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

## Projetos aprovados em caráter terminativo vão à Câmara

A Câmara dos Deputados vai apreciar dois projetos aprovados em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O primeiro, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), inclui nos currículos das escolas de ensino fundamental, como tema transversal (não obrigatório e ligado a questões importantes), o estudo dos símbolos nacionais. O objetivo do projeto, segundo a senadora, é despertar nos alunos de primeiro e segundo graus maior amor à pátria, a partir do conhecimento dos símbolos da nacionalidade.

O outro projeto, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), inclui a

Introdução à Comunicação de Massa no currículo escolar. Ao relatar a proposta, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que “a comunicação de massa tornou-se a grande mediadora das relações no mundo contemporâneo, criando novas regras de convívio, operando transformações sem precedentes no homem e em sua realidade”. A nova disciplina deverá, segundo o projeto, ser ministrada por um jornalista formado.

Os dois projetos foram mandados à Câmara por não terem recebido recurso de senadores para apreciação pelo plenário.

## CAE acolhe refinanciamento de dívidas de Rondônia

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, na reunião de ontem, substitutivo do senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao projeto de resolução que autoriza o governo de Rondônia a refinar as dívidas do estado junto à União, no valor de R\$ 146,95 milhões.

A operação de refinanciamento, que ocorre no âmbito do programa de ajuste fiscal, segue o modelo de outras similares realizadas entre os estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí e a União. “O crédito visa assegurar a sustentação financeira desses estados a longo prazo”, afirmou Jucá, ao lembrar que Rondônia deverá cumprir, em contrapartida, metas fiscais e financeiras acordadas no programa.

A CAE também aprovou projeto de

lei complementar que transfere para o dia 1º de janeiro de 2003 a modificação da lei que dispõe sobre o direito de os empresários e comerciantes não recolherem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas aquisições de bens de uso e consumo de seus estabelecimentos. A medida, que estava prevista para ser implementada a partir de 1º de janeiro do ano que vem, foi adiada, segundo informou o relator, senador Bello Parga (PFL-MA), pois implicaria em uma queda brutal nas receitas dos estados e municípios. “Dessa forma, os tesouros dos estados e municípios poderão se adaptar melhor à mudança.”

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos foi presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

# CAE aprova fundo para universalizar os serviços de telecomunicações

Projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, cria contribuição que ajudará o governo federal a garantir o pleno acesso de pessoas físicas e jurídicas ao sistema nacional de telefonia

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram na manhã de ontem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao projeto de lei da Câmara que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Aprovaram também o pedido de urgência para a matéria, mas não houve consenso no plenário sobre o assunto, e a votação do projeto ocorrerá em data a ser definida.

O fundo, explicou o relator, já era previsto na Lei Geral das Telecomunicações, e destina-se a auxiliar a União a universalizar os serviços. Ou seja, qualquer pessoa ou instituição de interesse público deverá ter acesso, facilitado pela União, aos serviços de telecomunicações a preços e qualidades razoáveis. Alcântara esclareceu que o fundo será composto por contribuições obrigatórias das empresas prestadoras dos serviços e não pelos usuários dos serviços de telefonia, não podendo as empresas repassá-las para as tarifas.

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que compareceu à reunião da CAE junto com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, defendeu a aprovação urgente da matéria e destacou suas vantagens: "O fundo é essencial para alcançar 100% de acesso ao sistema de telefonia do país e vai contribuir para reduzir as desigualdades regionais".

Ele alertou para o risco de o Senado não aprovar a matéria ainda este ano. "A proposta atende aos princípios da anualidade e da anterioridade (todo imposto deve ser aprovado no ano fiscal anterior àquele em que se dará o início de sua cobrança), e se não começar a vigorar no ano que vem centenas de milhões de reais deixarão de ser cobrados das concessionárias e esses valores serão irrecuperáveis para os cofres públicos", afirmou, fazendo um apelo ao líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), que se posicionara contra o projeto.

Para Jader e o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a matéria não foi suficientemente debatida no Senado. "Não é a primeira vez que acontece isso. A Câmara ficou dois anos com a proposta e em nenhum momento ela foi urgente. Agora, o Senado tem seis dias para apreciar o projeto sem poder conhecer em profundidade o plano de metas e como está sendo feito esse programa de universalização", reclamou o líder.

A oposição, segundo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), está disposta a aprovar a proposta no plenário. O senador Jorge Bornhausen (SC), líder do PFL, apresentou voto em separado que não foi aprovado pela comissão.



Guerreiro, Pimenta e os senadores Suassuna e Bello Parga, no debate na CAE

## Empresas poderão recolher 1% sobre a receita bruta mensal

Nome: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)  
Cobrança: a partir do ano seguinte à aprovação  
Quem paga: empresas prestadoras dos serviços  
Valor da contribuição: 1% da receita bruta mensal das empresas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado  
Recolhimento: pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)  
Administração: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)  
Aplicação: pelo menos 30% em programas das áreas abrangidas pela Sudam e Sudene e 18% em estabelecimentos públicos de ensino

## Comissão de Orçamento autoriza créditos suplementares

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem créditos suplementares para vários ministérios, empresas e órgãos públicos. O maior crédito complementar com parecer aprovado, no valor de R\$ 17,2 bilhões, é para o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. Todas as matérias dependem ainda de aprovação pelo plenário do Congresso.

O relator do projeto de crédito complementar para o refinanciamento da dívida mobiliária, deputado José Chaves (PMDB-PE), disse que os recursos são necessários porque o governo foi obrigado a manter um elevado nível de reserva de liquidez para suprir suas necessidades de financiamento e gerir a dívida pública, após a crise financeira do sudeste da Ásia, no final de 1997. Por isso, completou, fez emissões de títulos acima do montante em geral requerido.

O segundo maior crédito complementar, no valor de R\$ 12,4 bilhões, visa ao pagamento de encargos financeiros da União. Esses recursos, segundo o relator, deputado João Leão (PSDB-BA), também se justificam devido ao esforço feito pelo governo para manter o nível de reservas. O terceiro maior crédito complementar com parecer aprovado, no valor



Os senadores aprovaram perto de R\$ 30 bilhões em créditos para a rolagem e os encargos da dívida federal

de R\$ 1,3 bilhão, destina-se a diversas empresas do grupo Petrobras. O relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), disse que os recursos são necessários para investimentos, continuidade de obras em andamento e exploração de jazidas.

Os demais pareceres favoráveis a projetos de créditos suplementares aprovados pela comissão foram: R\$ 466,8 milhões para a Eletrosul e Furnas; R\$ 353,1 milhões para o Ministério do Desenvolvimento; R\$ 336,1 milhões para o Ministério da Defesa; R\$ 76 milhões para o Ministério da Fazenda, com vistas ao financiamento dos estados e do Distrito Federal; R\$ 23 milhões para o Ministério das Relações Exteriores; R\$ 5,9 milhões para

o Ministério da Educação; R\$ 5,4 milhões para o Ministério do Planejamento, para a manutenção das últimas cinco embarcações remanescentes do patrimônio da extinta empresa Lloyd Brasileiro; R\$ 4,8 milhões para a Justiça do Distrito Federal; R\$ 291 mil para o Ministério do Planejamento, com vistas à regularização do pagamento do Global Environment Facility e ao pagamento de encargos de dívida externa da extinta Nuclebrás, assumida pela União; R\$ 11,6 milhões para os ministérios da Cultura, da Educação e do Esporte e Turismo; R\$ 58,8 milhões para o Ministério dos Transportes; e R\$ 12,1 milhões também para o Ministério dos Transportes.

## Gás natural poderá ser utilizado como combustível

O gás natural poderá ser utilizado como combustível em todos os veículos do país, conforme projeto aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Caberá às empresas de gás estaduais fiscalizar a conversão para assegurar padrões técnicos de eficiência e segurança. A matéria vai ainda a plenário.

O projeto original é do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), e limitava o uso do gás natural ou do GLP como combustível apenas aos veículos destinados ao transporte de produtos hortifrutigranjeiros e de leite. Substitutivo do relator da matéria, Mauro Miranda (PMDB-GO), estendeu o uso do gás como combustível a todos os veículos.

ANP

Na reunião, a CI aprovou a recondução, por dois anos, do engenheiro Elói Fernandez y Fernandez para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Ele é o responsável pelas áreas de desenvolvimento e produção, controles das participações governamentais no setor e comércio e movimentação do gás natural. A indicação será agora submetida ao plenário.

Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o objetivo da comissão não é referendar as indicações do Executivo, mas fazer uma avaliação detida dos nomes apontados para cada cargo.

Antes da votação, o engenheiro foi sabatinado. Osmar Dias (PSDB-PR) quis saber qual é o grau de dependência brasileira das importações de petróleo e em que medida se justificam os últimos aumentos dos combustíveis. Elói disse que o Brasil produz 70% do petróleo que consome e deve em cinco anos alcançar auto-suficiência no setor. Ele atribuiu o aumento dos combustíveis às sucessivas altas do produto no mercado externo.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou dúvidas quanto à liberação das exportações do produto para as empresas que vieram explorar poços no Brasil. Elói garantiu que a liberação é prática comum em todo o mundo. Mauro Miranda e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) solicitaram informações sobre a expansão da rede de gasodutos e oleodutos. Elói informou que, além dos gasodutos Brasil-Bolívia, Urucu-Porto Velho e Bolívia-Cuiabá, em implementação, outras conexões podem ser efetivadas, desde que haja interesse da iniciativa privada.

Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobras segundo o qual o preço médio da gasolina no Rio de Janeiro deveria ser de R\$ 1,21, e não R\$ 1,32, como cobra a maioria dos postos.



A indicação de Elói será agora votada pelo plenário

## Relatórios setoriais serão votados em 2000

Os relatórios setoriais da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização serão apreciados somente em janeiro de 2000, provavelmente na primeira reunião do ano, marcada para o dia 11. A decisão foi tomada ontem, tendo em vista que apenas cinco relatórios setoriais ficaram prontos: Justiça e Defesa, elaborado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR); Fazenda e Desenvolvimento, do deputado Freire Júnior (PMDB-TO); Agricultura e Política Fundiária, do deputado Cleonânio Fonseca (PPB-SE); Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, do deputado João Fassarella (PT-MG); e Planejamento e Desenvolvimento Urbano, do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Ainda estão sendo preparados os relatórios setoriais relativos aos Poderes do Estado e Representação; Infra-Estrutura; Saúde, Previdência e Assistência Social; e Integração Nacional, Meio Ambiente e Desporto.

# Souto quer definir crimes de responsabilidade de magistrados

Inspirado nos trabalhos da CPI do Judiciário, da qual foi relator, senador vê necessidade de “tipificação de condutas ilícitas”

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou projeto de lei tipificando os crimes de responsabilidade cometidos por magistrados, a exemplo do que já acontece com os ministros do Supremo Tribunal Federal. A proposta é consequência das investigações da CPI do Poder Judiciário. “Há a necessidade de se ter um instrumento para apurar faltas de natureza política dos magistrados,



Souto afirma que propostas contribuirão para democratizar o Judiciário

bem como a urgência de se dispor da tipificação de condutas ilícitas passíveis de processo e julgamento”, argumentou.

Conforme a justificativa do projeto, são crimes de responsabilidade dos magistrados os atos que atentam contra a Constituição, o livre exercício dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país, a probidade administrativa, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e decisões judiciais.

Souto apresentou outro projeto de lei para preencher uma lacuna, que ele considera grave, identificada no sistema financeiro e que dificultou os trabalhos da CPI. A proposta exige que bancos e instituições financeiras conservem, por prazo mínimo de dez anos, os documentos referentes a operações ativas e passivas de seus clientes, em especial as relacionadas com depósitos e transferência

de valores.

O senador anunciou estar coletando assinaturas para apresentar ainda duas propostas de emenda constitucional (PECs), também inspirado nas conclusões da CPI. A primeira PEC concede poderes acautelatórios às CPIs, ao lado dos de investigação próprios das autoridades judiciais. “Além dos poderes de decretar quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico que já possui, identificamos a necessidade de a CPI poder decretar a indisponibilidade dos bens dos investigados”, explicou.

A segunda PEC dá ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos tribunais regionais federais. “Hoje os magistrados são julgados por seus pares, o que não contribui para a necessária isenção. Foi o que se pôde comprovar nos trabalhos da CPI”, expõe na justificativa.

Segundo Souto, a proposição contribui para a democratização do Poder Judiciário, reforçando a responsabilidade dos magistrados, e permite que seu órgão de cúpula, o STF, tenha a competência ampliada no plano da fiscalização da atividade político-funcional dos magistrados. A PEC mantém a competência do Senado para julgar ministros do STF nos crimes de responsabilidade.

## Suplicy defende mudança para acelerar programa de renda mínima

O balanço sobre os resultados do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) associado a ações socioeducativas, divulgado pelo Ministério da Educação, demonstra, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a importância de a Câmara dos Deputados apreciar o projeto de lei do Senado que altera critérios e valores definidos na lei que instituiu o programa.



Suplicy lamenta “lentidão” do governo no combate à pobreza

Suplicy comparou a “facilidade” com que o governo propõe despesas públicas para saneamento de bancos ao ritmo “de conta-gotas” com que administra o Programa de Garantia de Renda Mínima. Com previsão de recursos orçamentários de R\$ 54 milhões para o programa em 1999, a União repassou R\$ 39,6 milhões aos municípios que assinaram

convênio com o MEC, informou o senador. Pelo Sifai, sistema de informação que controla os gastos do governo, o valor efetivamente liquidado até hoje soma cerca de R\$ 19 milhões, enfatizou. O valor médio do benefício por família foi de R\$ 37,47, sendo que 504.280 famílias tiveram acesso a ele através de convênios entre a União e 1.005 municípios, pouco menos de

1/5 do total de municípios brasileiros. Na opinião de Suplicy, não fosse a “lentidão” com que o governo trata os programas de combate à pobreza, já teria sido possível registrar muito mais avanços. Os atuais benefícios do programa são muito pequenos, a tal ponto que os próprios prefeitos não se mobilizam para assinar os convênios, disse.



Para Maguito, o Brasil precisa de perspectivas claras de redução da fome e da miséria absoluta

## Maguito aponta proposta contra a fome como a mais importante do ano

Os homens públicos têm obrigação de fazer com que o Brasil entre no novo milênio com perspectivas claras de redução do quadro caótico de fome e miséria absoluta, opinou ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ao comentar reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre relatório do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) a respeito da situação da infância no mundo.

Considerando positivo o balanço dos trabalhos do Congresso Nacional — em que destacou a atuação das comissões parlamentares de inquérito, a aprovação de projetos importantes e o avanço em várias reformas —, Maguito disse estar convencido de que o maior mérito da atividade parlamentar neste ano reside na discussão e elaboração de um projeto de combate à fome e à pobreza.

O senador observou que os resultados do relatório do Unicef são assustadores para o Brasil ao mostrar que, na oitava economia mais forte do mundo, 21 milhões de adolescentes vivem em famílias cuja renda não chega a meio salário mínimo por mês, ou seja, em situação de miséria absoluta.

— O que vai acontecer com esses jovens? Não poderão estudar porque terão que trabalhar para ajudar no orçamento doméstico para não passar fome. Isso se não descambarem para a marginalidade. A equação do próprio Unicef é bem clara. Jovens em situação de pobreza, sem condições de estudo, vão se transformar em reprodutores de mais pobreza, fome e criminalidade — alertou Maguito.

O senador também julgou alarmantes os dados mostrando que quase 3 milhões de crianças entre cinco e 14 anos trabalham para complementar a renda familiar e que o país ocupa a posição de número 105 no *ranking* da mortalidade infantil — de cada mil crianças que nascem saudáveis, 42 morrem antes de completar cinco anos.

# Lobão refuta acusação de Clinton e pede fim do protecionismo

Inspirado no relatório “Situação Mundial da Infância 2000”, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o senador Edison Lobão (PFL-MA) rebateu ontem acusação do presidente norte-americano, Bill Clinton, de que o Brasil explora o trabalho infantil. Lobão lembrou que

as exportações brasileiras têm sido gravemente prejudicadas por obstáculos impostos pelos países desenvolvidos, e observou que Clinton tem condições de conter “os fantásticos subsídios e as abusivas legislações que — nos países onde, segundo ele, não se explora o trabalho infantil — estorvam, impedem e proíbem a compra dos produtos brasileiros”.

— Não podemos nem queremos esconder que, entre nós, realmente faltam creches, falta saneamento básico, faltam habitações, faltam salas de aula, falta a qualificação dos professores, mas nenhum desses problemas pode ser atribuído à negligência ou à incuria do brasileiro, sabidamente um povo criativo e trabalhador. A responsabilidade das nossas falhas reside principalmente nas dificuldades que os chamados países desenvolvidos antepõem à livre circulação do que produzimos —

avaliou o senador.

Para Lobão, chegou a hora de os países desenvolvidos acordarem para essa realidade. “Não pensem eles que se encontram ilhados num pedaço do planeta. As suas ‘ilhas do paraíso’ já sofrem, e sofrerão velozmente cada vez mais, as repercussões da pobreza que



Lobão diz que países ricos não conseguirão manter “ilhas do paraíso”

os cerca. Não poderão mantê-las ílesas e isoladas, cercadas pelos bolsões mundiais da pobreza e da miséria. Está em suas mãos a renovação para um mundo mais igualitário e feliz”, alertou.

O senador defendeu a abertura das fronteiras desses países para os produtos brasileiros e o abandono da estratégia de vencerem os próprios problemas

de desemprego com o desemprego no Brasil ou de comporem a poupança dos países desenvolvidos com a poupança brasileira. Lobão ressaltou ainda que o relatório do Unicef reconhece, com elogios, o que já foi realizado pelo Brasil. “Nos últimos 10 anos, o Brasil erradicou a poliomielite, aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente e reduziu a mortalidade infantil de 47,8 para 26,1 mortes em cada mil nascimentos”, lembrou o senador.

## Álvaro Dias sugere autocrítica ao governo

Ao comentar o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado na segunda-feira, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu ontem ao governo que faça uma autocrítica sobre as suas políticas públicas. Embora reconheça que existem pontos positivos em favor do Brasil, o senador disse que o jornal *Correio Braziliense*, em editorial, definiu com uma frase o



Relatório do Unicef mostra desigualdade, diz Álvaro Dias

que se pode concluir do relatório do Unicef: “É o retrato da desigualdade”.

Álvaro Dias observou que são décadas de incompetência administrativa e corrupção, embora ressaltando que nem todos os governantes foram incompetentes, e lembrou que a época do ano é ideal para reflexões, autocrítica e questionamento. Ele lamentou a postura do atual governo diante de denúncias de corrupção contra ministros de Estado, dizendo que “o governo assume a posição de convivência, omissão e ir-

responsabilidade”.

O senador criticou as reformas propostas pelo governo Fernando Henrique, alertando para o seu envelhecimento e para a responsabilidade do Congresso no processo. Entre as reformas, destacou a tributária, “que continua empacada na Câmara”, e defendeu sua aprovação como instrumento para a distribuição de renda e criação de empregos.

Álvaro Dias apontou ainda a falta de ações para reduzir o endividamento do país, o modelo adotado para a privatização de empresas estatais e o papel desempenhado pelo BNDES. Para ele, as políticas públicas não se compatibilizam com as necessidades e os anseios da sociedade brasileira.

— Não se estabiliza a economia às custas dos sonhos e das esperanças do povo brasileiro. É preciso mudar a postura ética que desacredita, hoje, os governos — concluiu Álvaro Dias.

# ES será maior base petrolífera, prevê Luzia Toledo

A senadora afirma que essa transformação deverá acontecer dentro de quatro anos. Ela informa também que grandes empresas estimam investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão no Espírito Santo até 2002 na perfuração de 49 poços

## Patrocínio mostra vantagens do gás natural em entrevista



Em entrevista que a TV Senado exibe amanhã, às 8h30, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defende a utilização de gás natural como combustível para todos os veículos. Recentemente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que autoriza o uso irrestrito do gás natural em automóveis. Patrocínio defende a proposta citando as vantagens da utilização do gás natural. Segundo ele, o produto é mais barato que a gasolina, o álcool e o diesel; polui menos e há grande disponibilidade de reservas no Brasil.

## Dércio Munhoz analisa alta da inflação na TV Senado

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Dércio Munhoz é o convidado do programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9 horas. O professor analisa as causas da alta da inflação, registrada entre a segunda quinzena de outubro e a primeira de novembro, quando chegou a 2,39%, segundo o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGPM). A alta foi a maior desde março, ocasião em que o índice chegou a 2,83%, mas os técnicos da Fundação Getúlio Vargas já prevêem queda do custo de vida em dezembro, segundo o professor.

A estiagem no campo foi a principal responsável pelo alto índice, segundo Dércio Munhoz. A alta de 3,26% do Índice de Preços por Atacado (IPA) — item de maior peso no cálculo do IGPM — foi influenciada pela elevação de 5,42% dos preços dos produtos agropecuários. O mesmo fenômeno resultou na alta de 1,15% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), o segundo mais importante na formação do IGPM. Os alimentos tiveram alta de 1,32%. Outros aumentos importantes foram: 0,72% na habitação, 2% no vestuário e 2,85% nos transportes.

O Espírito Santo deverá tornar-se nos próximos quatro anos a maior e mais importante província petrolífera do Brasil. A previsão foi feita pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) ao analisar o processo de recuperação financeira de seu estado e a política de atração de investimentos desenvolvida pelo governador José Ignácio Ferreira.

Luzia Toledo disse que dez grandes empresas, parceiras da Petrobras ou associadas a grupos internacionais, fazem previsões otimistas e estimam, até o ano 2002, investimentos de US\$ 1,2 bilhão na perfuração de 49 poços de petróleo na costa capixaba. Somente a Petrobras, conforme a senadora, deverá investir US\$ 45 milhões em três novos poços na costa de Vitória.

A senadora enfatizou que a Companhia Siderúrgica de Tubarão acaba de apresentar ao governador o proje-



Luzia analisou processo de recuperação financeira do estado e novas políticas

to de seu laminador de tiras a quente (LTQ), que, além de gerar três mil empregos diretos, representará um investimento de US\$ 450 milhões e estará pronto para produzir dentro de 26

meses. Outro dado positivo, afirmou Luzia, é que o complexo portuário, inclusive com os terminais alfandegários, apresenta padrão de nível internacional, oferecendo as mais econômicas tarifas nacionais.

— As finanças do estado, as elevadas cifras de compromissos com salários e fornecedores, o desequilíbrio entre receita e despesa felizmente estão equacionados e os olhares da administração podem se voltar com um brilho novo e confiante para os horizontes das conquistas do desenvolvimento, projetando escolas, hospitais, rodovias, saneamento, ferrovias, gasodutos, terminais portuários, abastecimento, eletrificação, saúde e, com muita garra, um padrão de segurança que irá muito em breve nos colocar entre os estados mais seguros do país — disse.

## José Jorge lembra centenário do pintor Vicente do Rego Monteiro

O centenário do nascimento do pintor pernambucano Vicente do Rego Monteiro foi lembrado ontem da tribuna pelo senador José Jorge (PFL-PE). Nascido em 19 de dezembro de 1899, Rego Monteiro participou do Movimento Modernista de 1922 e de outros momentos marcantes da arte brasileira até morrer, em 1970.

Sua obra foi construída a partir de várias influências, entre elas o Futurismo, o Cubismo, a estampa japonesa, a Escola de Paris, o barroco brasileiro e, sobretudo, a arte indígena que ele encontrou na Ilha de Marajó, no Pará. De acordo com o crítico Walter Zanini, citado por José Jorge, a pintura de Monteiro era determinada por “formas planas circunscritas no espaço, pelo desenho tátil e rigoroso, de elegantes ritmos compassados, coadjuvado pela coloração moderada, luminosa, de poucas e menores variantes de meios-tons”.

O senador lembra que o pintor utilizou-se de vários temas como religião, esportes, mitos, operários, mulheres, crianças e animais. Entre suas obras mais importantes estão *A Crucifixão*, *A Adoração dos Reis Magos*, *A Mulher Sentada*, *O Menino e os Bichos* e *Os Boxeadores*.

Apesar da importância do trabalho de Monteiro, o reconhecimento de sua obra ainda é relativamente modesto, na visão do senador José Jorge, que citou reportagem sobre o assunto publicada pelo *Jornal do Commercio* de Recife com o título “O Centenário Humilde de Rego Monteiro”. Duas exposições foram inauguradas este mês na cidade: no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães são mostrados 11 de seus quadros; e no Arquivo Público

Estadual, documentos que ilustram suas atividades como artista gráfico, escritor, tipógrafo e jornalista.

— Mesmo agora constatamos que estamos longe de conceder ao grande artista o reconhecimento e a glória a que ele faz jus — disse o senador.

José Jorge lembrou que, ainda vivo, Rego Monteiro não recebeu o devido reconhecimento, sendo obrigado a uma vida financeiramente modesta para um homem da sua sofisticação artística e intelectual. Além de pintor, Rego Monteiro também foi poeta e automobilista.

Uma das principais características do pintor — sua ligação com Pernambuco, apesar das longas temporadas passadas em Paris, também foi ressaltada pelo senador.

— Ele é pernambucano, não apenas por ter nascido no Recife, no tradicional bairro da Boa Vista, mas porque a pernambucanidade impregnou profundamente seu modo de ser — disse o senador.



José Jorge: apesar da importância, reconhecimento da obra do pintor é modesto



Livro de Cunha Lima será lançado no Salão Negro do Congresso às 18h30

## Ronaldo Cunha Lima lança *Efeito Vinculante*

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lança hoje, às 18h30, o livro *Efeito Vinculante*, que defende a subordinação de instâncias inferiores do sistema judiciário brasileiro a decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal. O evento será realizado no Salão Negro do Congresso e contará com a participação do Coral do Senado.

O livro de 425 páginas, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, traz apresentação do ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence e aprofunda as razões pelas quais o senador apresentou emenda constitucional que cria o efeito vinculante. A matéria, já aprovada no Senado, encontra-se na Câmara dos Deputados, onde aguarda decisão da comissão especial que analisa a proposta.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Hidroginástica  
6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Dores nas costas  
6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Judô  
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Alergia (1ª parte)  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Arlindo Porto fala sobre o seguro obrigatório para a construção civil  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Agenda Econômica* — O economista Dércio Munhoz fala de inflação  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)  
12h30 — *Entrevista* — O senador Arlindo Porto fala sobre o seguro obrigatório para a construção civil  
13h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Pará  
13h30 — *Agenda Econômica* — O economista Dércio Munhoz fala de inflação  
14h30 — Sessão plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre os direitos de remanescentes dos Quilombos  
19h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país

mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Alagoas  
19h30 — *Debate* — A senadora Emilia Fernandes e o senador Pedro Simon falam sobre a violência na mídia  
20h30 — *Entrevista* — O senador Arlindo Porto fala sobre o seguro obrigatório para a construção civil  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Agenda Econômica* — O economista Dércio Munhoz fala de inflação  
22h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# Cabral divulga agenda para desenvolvimento sustentável

Senador apresentou proposta de Samuel Benchimol, professor da Universidade do Amazonas, que concilia produtividade com conservação

A construção de uma agenda positiva que evite ou minimize os efeitos da economia produtiva de grande escala – e seu alto impacto ambiental – passa pelo desafio de conciliar a produtividade econômica com a conservação da natureza, conforme disse ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao divulgar proposta de Samuel Benchimol, professor emérito da Universidade do Amazonas.

Uma agenda para o desenvolvimento sustentável parte da distinção entre crescimento – que exige insumos baratos e técnicas perigosas e poluidoras – e desenvolvimento, que “engloba e inclui o conceito de sustentabilidade ecológica, viabilidade econômica, correção política e justiça social e ética”, entendidos por Benchimol como paradigmas ideais para a construção de uma nova ordem mundial, comentou o senador.

Entre as 23 providências e fatores de um desenvolvimento sustentável para a humanidade propostos pelo professor amazonense, Bernardo Cabral abordou com mais detalhes os que se relacionam diretamente com a Amazônia, como a instituição do Im-



Entre as propostas divulgadas por Cabral, está um Imposto Internacional Ambiental a cargo da ONU

posto Internacional Ambiental, a ser controlado pela tesouraria da ONU e cobrado dos países poluidores. Os recursos recolhidos, esclareceu o senador, seriam destinados a um fundo internacional “com o objetivo de desenvolver ciência e tecnologia limpas, novos produtos sustentáveis e remunerar países e regiões que fizeram renúncias econômicas em favor da conservação e preservação ambiental dos recursos naturais florestais, pedológicos, hídricos e ecossistêmicos”.

Baseando-se em estudo do cientista Philip M. Fearnside, do Inpa, Benchimol prevê que a Amazônia Ocidental brasileira será a grande beneficiária dos recursos do fundo,

pois a estimativa média dos serviços prestados pela floresta amazônica ao resto do mundo – sumidouro de carbono, renovação dos ciclos de água e biodiversidade – é “da ordem de US\$ 236 bilhões/ano pelo seu valor máximo, US\$ 38 bilhões/ano pelo valor médio e US\$ 12 bilhões/ano pelo valor mínimo”, citou o senador.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) elogiou o destaque dado por Cabral ao trabalho do professor Benchimol, “um amazônida que reflete sobre sua realidade”. Ney Suassuna (PMDB-PB) salientou a importância de uma agenda que proteja a Amazônia.

## Resultados do “provão” levam Alcântara a propor comissão para avaliar ensino

Ao analisar, ontem, os resultados apresentados pelos formandos universitários, em especial os de medicina, no “provão” do Ministério da Educação destinado a avaliar os cursos superiores, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou o Senado a instituir uma comissão especial para examinar o problema do ensino de 3º grau. “A situação é gravíssima. A desqualificação profissional de médicos pode ser trágica e até fatal”, alertou.

Para Alcântara, os resultados do “provão” exigem uma reflexão profunda. “Não podemos aceitar que o ensino seja apenas um bom negócio. O Senado tem obrigação de estabelecer padrões mínimos de qualidade. Temos o dever de intervir nessa questão, sem perda de tempo, logo no início do ano 2000”, disse.



Lúcio Alcântara considera a situação gravíssima e quer intervenção do Senado

O senador pelo Ceará lembrou ter sido um entusiasta do “provão” desde o início. “Sou professor universitário, favorável à autonomia da universidade. Mas, sob pretexto de democratizar o ensino, não podemos aceitar a proliferação desenfreada de cursos, especialmente de medicina e engenharia, depois que a Lei de Diretrizes e Bases criou condições mais flexíveis de funcionamento”, advertiu.

Ao concluir seu pronuncia-

mento, Lúcio Alcântara disse que, embora tenha havido avanços no ensino fundamental e no profissionalizante, o governo tem sido desatento em relação ao ensino universitário.

– O provão não deve ser apenas um teste para os alunos, mas também uma maneira de aquilatar professores, instalações, currículos e tudo mais numa verdadeira radiografia da realidade universitária– defendeu Lúcio Alcântara.

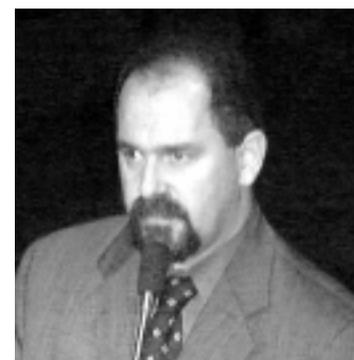
## Parecer ampara representação de partidos pela cassação de Estevão

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) encaminhou ontem à Mesa do Senado parecer em que o professor titular da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) Eros Roberto Grau conclui que, com base no parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição federal, compete aos partidos políticos provocar processo parlamentar visando à perda do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por falta de decoro parlamentar.

Ao fazer a comunicação em plenário, Dutra ressaltou que, conforme o parecer de Eros Roberto Grau, é irrelevante o fato de a CPI do Judiciário não haver recomendado ao Senado a cassação do mandato de Luiz Estevão, até porque “a Constituição deferir às CPIs competência para decidir única e exclusivamente se as conclusões da investigação devem ou não ser encaminhadas ao Ministério Público, a quem incumbirá promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

Dutra destacou a observação, contida no parecer, de que “a perda do mandato do parlamentar cujo procedimento tenha sido declarado incompatível com o decoro parlamentar é consequência de responsabilização política do parlamentar, não de sua responsabilização civil ou criminal”.

O parecer afirma ainda que a representação dos sete partidos políti-



Dutra encaminhou à Mesa do Senado parecer favorável de Eros Roberto Grau, da USP

cos provocando o processo parlamentar com vistas à perda do mandato de Luiz Estevão sustenta-se não em fatos apurados pela CPI, mas em fatos ocorridos durante os trabalhos da comissão.

“Nos termos do disposto no inciso II do artigo 55 da Constituição federal, os partidos políticos indicaram como “suporte fático” da conduta parlamentar contrária ao decoro do Senado a existência de contradições do depoimento do senador, a circunstância de ele ter faltado à verdade e o fato de ter ele se valido de suas prerrogativas para obter documentos, da própria CPI, cuja utilização por grupo empresarial criou obstáculo aos trabalhos da comissão”, afirma Eros Roberto Grau no parecer apresentado.

## Moreira Mendes faz balanço e pede mais ação pelo Brasil

Ao fazer um balanço de seu primeiro ano de atividades no Senado, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) ressaltou que o Brasil, depois de ter superado a crise econômica internacional que também o atingiu, está se preparando para uma fase mais proveitosa de sua história. “O Brasil urge por mais ação”, disse.

Moreira Mendes disse que o estado de Rondônia também se prepara para uma nova fase, à medida que o atual governador, José Bianco, vem conseguindo reverter o “desastre administrativo herdado do ex-governador Waldir Raupp”. Ele destacou a dinamização do turismo ecológico na região, que conta ainda com atrações como a lendária ferrovia Madeira-Mamoré e o Forte Príncipe da Beira, construído por portugueses no século XVII.

O senador ressaltou o trabalho da bancada federal do estado, garantindo a liberação de recursos aos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste, Vale do Paraíso, Monte Negro, Cacoal e Pimenta Bueno, entre outros. Os recursos, lembrou, foram obtidos do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto (Indesp),



Moreira Mendes destacou projetos que apresentou em seu primeiro ano no Senado

à Zona Franca de Manaus e ao Fundo Nacional da Saúde (FNS).

Moreira Mendes destacou, ainda, projetos de lei que apresentou durante o ano legislativo, entre eles o que proíbe o consumo de bebida alcoólica em aviões, o que estimula a troca da frota particular de veículos de carga com a isenção do IPI, e um terceiro dispoendo sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional, destinando às instituições que cuidam de deficientes mentais os recursos obtidos com a venda desses selos.